

PRÁTICAS NORMALIZADORAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ANORMAL À INCLUSÃO ESCOLAR

Helena Venites **Sardagna** – UNISINOS

O texto apresenta ênfases discursivas na Educação Especial no período de 1950 a 2007, em âmbito estadual e municipal. Os documentos principais são: a Revista do Ensino, editada pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, desde 1950 até o final da década de 1980 e os Relatórios Anuais de uma Secretaria Municipal de Educação de um município gaúcho, até o ano de 2007. A análise de discurso, de inspiração foucaultiana, permitiu evidenciar três ênfases nas práticas de Educação Especial, durante esse período: *A institucionalização do anormal* - décadas de 1950 e 1960; *A distribuição dos corpos na escola* - décadas de 1970 e 1980; *A inclusão e o controle dos sujeitos na escola comum*, - décadas de 1990 e 2000. A articulação desses conjuntos permite argumentar que as políticas de inclusão escolar colocam em ação práticas de normalização e de regulação permanentes, produzindo posições de sujeito, orientadas pela norma de cada época e contexto. Com isso, é possível supor que as práticas normalizadoras não estão subordinadas à Educação Especial e são constitutivas de todas as instituições escolares.

Palavras-chave: educação especial; discurso; práticas normalizadoras.